

ATA da 245ª Reunião Plenária Ordinária do CADES

DIA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO

Realizou-se na data de 10 de agosto de 2022, quarta-feira, sob a condução do Sr. Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcellos, Secretário Adjunto da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, representando neste ato o Secretário da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e Presidente do CADES Sr. Eduardo de Castro a 245ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, com início às 10:13h, de forma híbrida – presencial (prédio da SVMA), e virtual pela plataforma Microsoft Teams, convocada pelo Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

PAUTA

1. Aprovação da Ata da 244ª Reunião Plenária Ordinária do CADES;
2. Apresentação e aprovação do Parecer Técnico elaborado pela Câmara Técnica de Obras Viárias, Drenagem e Transporte do empreendimento “Obras de Canalização do Córrego Dois Irmãos”;
3. Apresentação sobre o Programa de Governo Aberto da Secretaria Municipal da Casa Civil, pela Sra. Patrícia Marques, Coordenadora de Governo Aberto;
4. Sugestões de temas de pauta para futuras reuniões do CADES.

PARTICIPANTES

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES
Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA
Patrícia Marques - Coordenadora de Governo Aberto – Casa Civil
Pedro Caique Leandro do Nascimento - SGM
Júlia Maia Jereissati - SEHAB
Romulo Araújo Fernandes – SME
Lara Cavalcanti Ribeiro de Figueiredo – SMUL
Janaina Soares Santos Decarli – SMT
Douglas de Paula D Amaro – SIURB
Marcela Garcia Côrrea – SMADS
Magali Antônia Batista – SMS
Monica Massumi Hosaka - SMS
Tatiane Felix Lopes – SMSUB
Luca Otero D Almeida Fuser – SMC

Cleusa Guimarães - SMJ
Meire Aparecida Fonseca de Abreu – UMAPAZ/SVMA
Rosélia Mikie Ikie Ikeda – CPA/SVMA
Tamires Carla de Oliveira – CGPABI/SVMA
Juliano Ribeiro Formigoni – CLA/SVMA
Priscila Socudo Diniz – CFA/SVMA
Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA
Alessandro Luiz Azzoni – OAB
Marco Antônio Lacava – CMSP
Estela Macedo Alves – IAB
Fatima Cristina Faria Palmieri – UGT
Maria Aparecida da Silva – UGT
Carlos Alberto de Moraes Borges – FECOMERCIO
Beatriz Messender Sanchez – ACSP
Tereza Cristina Mesquita – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARQUE VERA
CRUZ NO ESTADO DE SÃO PAULO
Jaciera Schaffer Rocha - SAJAPE
Maria do Carmo Lofti - CIRANDA
José Ramos de Carvalho - APGAM
Delaine Guimarães Romano - Fórum Para Desenvolvimento da Zona Leste
Angelo Iervolino – SAL

TRANSCRIÇÃO AUTOMATIZADA

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Então mais uma vez bom dia a todos, é uma satisfação receber todos aqui, mesmo tele presencialmente, a satisfação de ver colegas amigos e trabalhar aí pelo Meio Ambiente Prefeitura. Srs. Conselheiros nessa audiência, na qualidade de presidente da mesa, eu, Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcelos, Secretário-adjunto da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente dou agora início a 245ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo (CADES) convocado nos termos do Artigo 7º do Regimento Interno conforme resolução nº 140/CADES/2011 que se realiza na data de hoje, dia 10 de agosto de 2022 quarta-feira, iniciando as 10:13 da manhã de forma híbrida com acesso online pela plataforma Teams e presencial na sala de reuniões, na nossa sala, aqui nesse prédio da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Aproveito agora para passar a palavra para nossa Coordenadora geral do CADES, a Sra. Liliane Neiva Arruda Lima para darmos início a nossa reunião e pauta do dia. Obrigado mais uma vez pela presença de todos, vamos em frente, obrigado... Liliane seu microfone está desligado.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Bom dia Carlos, obrigado por ter avisado, bom dia a todos presentes, bom dia a todos os técnicos também presentes aqui com a gente, a GTANI, passamos agora para o primeiro ponto do expediente do dia: aprovação da ata da 244ª Reunião Plenária do CADES. Dessa forma colocamos em votação ao referido item. Os conselheiros e conselheiras que concordarem com a aprovação do presente, permaneçam como estão, ou quem discorde por favor, levante a mão. Aprovada a nossa ata de hoje, vamos agora com o segundo ponto do expediente: apresentação e aprovação do parecer técnico elaborado pela Câmara

Técnica de Obras Viárias Drenagem e Transporte do Empreendimento Obras de Canalização do Córrego Dois Irmãos. informamos que no dia 22 de Junho ocorreu a Reunião da Câmara Técnica de Obras Viárias Drenagem e Transporte da qual foi debatido o processo referente ao Empreendimento Obras de Canalização do Córrego Dois Irmãos com parecer favorável da maioria dos conselheiros membros e hoje aqui presentes na Secretaria do Verde estamos com os técnicos da GTANI que é o Grupo Técnico de Atividades Não Industriais, são os técnicos Vitor, Renato, Fábio, Clóvis e Nádia e sim com o nosso diretor do GTANI que é o Sr. Juliano Formigoni que é aonde ele vai estar falando um pouco sobre a aprovação. Eu passo agora a palavra para o Juliano, por favor.

Juliano Ribeiro Formigoni – CLA/SVMA: Bom dia a todos, eu vou só pedir um minutinho só que eu preciso pegar um negócio do outro micro e colocar aqui na apresentação, só um minutinho, por gentileza.

Bom dia a todos, inicialmente agradeço a presença de todos os participantes da reunião, conselheiros, técnicos. Então vamos ao assunto que é análise do parecer técnico 007CADES2022. Na verdade, a gente tá reunido agora, a gente vai apresentar as considerações que foram feitas da Câmara Técnica do CADES em relação a análise do EIA/RIMA pelos técnicos do GTANI, eu vou aos poucos discorrendo o que se trata e quais foram as contribuições finais. Eu vou compartilhar aqui uma apresentação, não sei se tem que caminhar para você, Lili, ou se eu posso estar compartilhando aqui, janela né.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Isso Juliano. Pode compartilhar na parte de baixo.

Juliano Ribeiro Formigoni – CLA/SVMA: É, deixa eu abrir a janela aqui.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Isso.

Juliano Ribeiro Formigoni – CLA/SVMA: Não sei se está dando para ver aí...

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Estamos conseguindo sim.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Sim Juliano, obrigado.

Juliano Ribeiro Formigoni – CLA/SVMA: Então como eu disse a gente teve a discussão do parecer técnico 42 DAIA/GTANI 2021 na Câmara Técnica 2, de Obras Viárias Drenagem e Transportes. E o parecer técnico foi o N° 007CADES2022. Trata-se da análise de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto do meio ambiente EIA/RIMA das obras de canalização do Córrego Dois Irmãos, Zona Norte do Município de São Paulo. O interessado é SIURB, Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, que foi o responsável pela apresentação do EIA/RIMA. Então a Câmara Técnica de Obras Viárias, Drenagem e Transportes do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) reuniu-se no dia 22 de junho de 2022 para deliberar sobre o pleito formulado pela SIURB acerca do empreendimento denominado Obras de controle de Cheias na Bacia do Córrego Dois Irmãos, zona norte do Município de São Paulo. Então o objeto do licenciamento ambiental foram essas obras de controle de inundações tá, num comprimento aproximado de 1.600 metros, sendo que a principal intervenção no Córrego Dois Irmãos seria a correção do canal de

base que prevê a execução em aduelas pré-fabricadas em “U” para trechos a céu aberto, em galerias moldadas in loco e túnel liner para trechos em travessias, incluindo pequenos acertos dos taludes das margens. Conforme informações e estudos apresentados, ocorreram intervenções nas travessias que, segundo o empreendedor, se traduzem em proteção, alargamentos e melhorias das mesmas, com muros-ala em concreto armado. Então a Câmara Técnica se reuniu com o objetivo de discutir todo o EIA/RIMA e com base na análise dos técnicos do GTANI. O empreendimento foi subdividido em duas fases distintas. A primeira fase, que é referenciada ao trecho no interior de um condomínio residencial denominado Sete Quedas e a travessia na Avenida Doutor Assis Ribeiro, esse trecho mais ou menos de 450 metros. Eu destaco só que essa obra, ela foi iniciada emergencialmente no ano de 2019 após uma decisão judicial, então o juiz decidiu, teve que fazer essa obra, então foi considerado isso dentro do parecer do DAIA/GTANI isso aí teve também uma manifestação da CLA/DAIA/GTANI em relação a essa obra emergencial, devida essa decisão judicial. Foi emitido um parecer nosso anterior a esse. E a fase dois, que seria todo o trecho a montante desse condomínio residencial, desde a travessia da Rua Bequimão até Avenida Luiz Imparato e a jusante da Avenida Assis Ribeiro até a travessia da linha 12 da CPTM. Essa figura ilustra a fase 1, em verde, isso que foi feito emergencialmente dentro do Condomínio Sete Quedas. E a fase 2, que é o objeto da análise nossa também nesse parecer. Então como o resumo das considerações técnicas do parecer técnico 42/DAIA/GTANI a gente pode estabelecer que a análise foi fundamentada nos documentos constantes do EIA/RIMA, na literatura disponível, legislação específica, na audiência pública realizada em 6 de Agosto 2019, na vistoria técnica realizada pelos técnicos em 12 Setembro de 2019, ocasião em que foi emitido o relatório técnico de vistoria e no relatório técnico 047/DAIA/GTANI/2019 que foi uma solicitação de complementações ao EIA/RIMA, esse relatório também foi apresentado numa Câmara Técnica de Obras de Drenagem no CADES dia 1 de outubro de 2019. Com relação aos impactos mitigáveis, o EIA/RIMA considerou a proposição de medidas mitigadoras e as quais foram analisadas e estão lá contempladas no parecer técnico do DAIA/GTANI. Já com relação aos impactos não mitigáveis da Lei SNUC, resume-se a considerações do parecer técnico 042. A Lei 9.985 2000 e seus decretos tem como objetivo normatizar a compensação por impactos ambientais não mitigáveis quando ao licenciamento ambiental, nos casos em que for utilizado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). No EIA foi apresentada a opção de compensação ambiental no Parque Ecológico do Tietê, em resposta da complementação o empreendedor informou que os recursos deverão ser aplicados na criação de novas unidades de conservação ou no financiamento de unidade já existentes. Então uma análise técnica deverá ser realizada visando encontrar alternativas de destinação de recursos, então, após essa análise inicial considerando que é um EIA/RIMA que tem a aplicação da Lei SNUC. Como exigência destacou-se que o empreendedor, ou seja, a SIURB deverá concluir a análise técnica de modo a apresentar as alternativas para a destinação dos recursos em atendimento a essa Lei SNUC, por ocasião das próximas fases do licenciamento, seria uma condicionante do licenciamento ambiental. Eu vou só compartilhar agora o parecer só um minutinho... Então vou direto para a conclusão do parecer técnico 042, e (som ininteligível) que foi também realizado no parecer técnico 07 do CADES/2022. Fundamentado na análise do EIA/RIMA o parecer técnico do GTANI considerou a Literatura, a Legislação, Audiência Pública, aqueles estudos que eu já destaquei. Vistoria e demais atendimentos pela SIURB de complementações. Então decorrente das questões judiciais que envolve empreendimento, o Estudo de Impacto Ambiental dividiu o empreendimento em duas fases já mencionadas, a Fase 1, que é dentro do condomínio, e a Fase 2, trecho a

montante desse condomínio. Então esclarecido no parecer ainda dos técnicos que as obras de canalização do referido Córrego fossem iniciadas dentro do Condomínio Sete Quedas em caráter de urgência antes mesmo de empregador protocolar o EIA/RIMA em SVMA, porque houve solicitação da SIURB realizada por meio do ofício 647, justificando o pedido da necessidade de cumprimento ao mandado de intimação constante também do processo e posta pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – 6ª Vara da Fazenda Pública atendendo uma ação movida pelo Ministério Público de São Paulo, como explicado no parecer técnico 36/DECONT-2/GTAIA/2018. Então como conclusão consta que tendo em vista às características, os impactos ambientais previstos, bem como a situação jurídica do empreendimento, como acima referido que determinou o caráter emergencial das obras da Fase 1, e seu início em 2019, mesmo antes do início dos procedimentos estabelecidos para o licenciamento ambiental, entendeu-se que a licença ambiental de instalação para empreendimento deverá ser solicitada por fase de implantação, devendo a LAI da Fase 1 ser solicitada antes da LAI da Fase 2. Então a solicitação da LAI da Fase 1 deverá ocorrer após comprovação do término da execução da obra da Fase 1. Assim, considerando que os impactos previstos no EIA/RIMA para o meio físico, biótico e socioeconômico nas etapas de planejamento, implantação e operação no empreendimento poderão ser mitigados, compensados ou potencializados mediante a implementação dos programas, planos e projetos apresentados pelo empreendedor. Assim os técnicos entenderam que a Licença Ambiental Prévia solicitada para empreendimento poderá ser concedida, desde que, observada a Legislação Municipal, Estadual, Federal pertinente. Incluindo ainda o atendimento a exigência e recomendações apresentadas a seguir. Então com base na discussão do parecer técnico do GTANI a câmara técnica em sua grande maioria manifestou-se favoravelmente a concessão da licença prévia para o Empreendimento em questão. Eu só queria destacar que conforme escrito no parecer técnico do CADES que considerando os debates e as discussões ainda que corroborado com a conclusão da análise do DAIA/GTANI quanto a viabilidade ambiental do empreendimento, aprovando sua localização e concepção, estabelecendo condições a serem atendidas para as próximas Fases do licenciamento, conclui-se que: A Licença Ambiental de instalação para o empreendimento, deverá ser solicitada por Fase, entretanto, considerando que a Fase 1 já foi concluída pela decisão judicial, torna-se extemporânea a solicitação de LAI para a Fase 1, devendo esta, ser considerada na solicitação de LAI da Fase 2, ocasião em que deverá ser observado o conteúdo do parecer técnico DAIA/GTANI, em especial para quanto ao cálculo do valor da compensação ambiental para o trecho solicitado Fase 1, não há evidências que as obras foram finalizadas integralmente, portanto, é necessário a apuração do que foi realmente executado, de modo que se possa determinar o valor da compensação ambiental referente a Fase 1. Então apesar dessa Fase 1 já ter sido concluída por decisão judicial, ela está dentro do objeto de EIA/RIMA. Então a gente tem que, os técnicos, e nós da SVMA temos que considerar a compensação da Lei SNUC, e amarrando isso para as próximas fases do licenciamento, que seria o trecho II. Então eu vou só rapidamente falar as exigências constantes do parecer, para a gente poder discutir a conclusão. Então por ocasião da solicitação da LAI da fase 2: informar a data de início das obras; apresentar uma proposta de compensação ambiental por significativo impacto ambiental não mitigável do empreendimento na sua totalidade; atualizar e apresentar o cálculo da compensação ambiental da Lei SNUC, apresentando o valor de referência e o valor da compensação para as obras efetivamente executadas na Fase 1. A solicitação de LAI da Fase 2 entendeu-se (som ininteligível) da Câmara Técnica que ficaria condicionada a comprovação do término das obras sobre a travessia da Assis Ribeiro o brado da

comprovação de todas as adoções de medidas mitigadoras pertinentes, condicionou também apresentar um relatório referente aos programas ambientais propostos no estudo de Impacto Ambiental para as obras da Fase 1, porque ela está dentro do processo de licenciamento, embora concluída a gente precisa dessa confirmação por SIURB. 5; apresentar a proposta de solução visando incorporar as demandas das reuniões de comunicação interna do Condomínio Sete Quedas, quais sejam: criação de espaço aberto, de encontro e de lazer, qualificado, arborizado e iluminado, com áreas integradas/conectadas por travessias de pedestres e integração das áreas do Condomínio. Apresentar um projeto executivo de paisagismo de todo o empreendimento. Apresentar o detalhamento dos programas propostos no EIA para o socioeconômico. Apresentar o projeto executivo de acessibilidade elaborado de acordo com as normas vigentes e aprovados pela Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA). Apresentar o cadastro socioeconômico das famílias que serão afetadas pela remoção para implantação do empreendimento destacando também situações especiais. Informar o local definido pela SEHAB para o reassentamento definitivo dessas famílias, que deverão ser removidas no trecho de montante, ou seja, na Fase 2 do Licenciamento. Destacar as áreas remanescentes de desapropriação e remoção que eventualmente forem incorporados ao Projeto Paisagístico. Apresentar manifestação e diretrizes da Secretaria Municipal de Transportes conforme definido no termo de referência de elaboração do EIA/RIMA pela SVMMA. 13; apresentar propostas de solução, visando incorporar as demandas das reuniões de comunicação internas apresentadas para as obras da Fase 2 do empreendimento a ser executadas ao longo de todo o córrego, quais sejam, necessidade de instalação de estrutura de proteção em trechos do córrego com risco iminente de queda, plantio de árvores, para a criação de um bosque, instalação de pista de caminhadas, iluminação, implantação de área de lazer com equipamentos de ginástica. 14; apresentar a comprovação da compensação ambiental por impacto ambiental não mitigável referente a Fase 1. A gente volta a destacar isso. 15; apresentar atualização do cálculo de compensação ambiental, os impactos não mitigáveis da Lei SNUC, apresentando o valor de referência e valor da compensação para as obras da Fase 2, também, Lei da Fase 1 e da Fase 2. Apresentar um estudo quanto à execução parcial da canalização, preservando seu trecho a montante onde o Diagrama Unifilar apresentado para o período (som ininteligível) 100 anos demonstra a maior capacidade Hidráulica, tendo como objetivo a renaturalização do Córrego Dois Irmãos. 17; apresentar os impactos sócio ambientais positivos e negativos associados ao estudo apresentado quanto a alternativas tecnológica solicitadas e as medidas mitigadoras associadas aos impactos sócio ambientais. 18; apresentar o TCA, Termo de Compromisso Ambiental e o respectivo projeto de compensação, PCA aprovado por DCRA/GTMAPP e seus respectivos mapas contemplando: manejo de vegetação, propostas de compensação e intervenções em APP. 19; apresentar o programa de manejo de Avifauna de forma integrante ao PBA. 20; apresentar um programa de monitoramento e controle da fauna sinantrópica integrante do PBA. 21; apresentar um projeto executivo de paisagismo de todo o empreendimento. 22; apresentar a análise do risco Geotécnico e o subprograma de monitoramento geotécnico incluídos no programa de Controle Ambiental das obras propostos por SIURB no EIA/RIMA. 23; apresentar secções geológico/geotécnicas transversais representativas do trecho a jusante da Assis Ribeiro. 24; apresentar análise de lançamento irregulares de esgoto no Córrego Dois Irmãos com levantamento quantitativo indicando as medidas que serão tomadas pela solução dos problemas. 25; esclarecer se existem galerias de água pluvial com esgoto caso esse fato seja constatado, o empreendedor deverá constatar a SABESP para as providências

cabíveis. 26; informar o órgão responsável pelas vistorias técnicas, fiscalização, limpeza e manutenção das estruturas permanentes após as obras apresentando a sua anuência. 27; apresentar um mapa contendo as áreas de inundação e alagamentos existentes na AID e ADA, com indicações dos pontos mais críticos. 28; apresentar um projeto executivo para todas as intervenções previstas na implantação de empreendimento. 29; apresentar a estimativa dos volumes de insumos, resíduos, material proveniente da demolição de áreas construídas e materiais excedentes a serem gerados durante a implantação do empreendimento. 30; apresentar um plano de ataque de obras que deverá ser composto por um mapa contendo a localização do empreendimento, sequência de execução das atividades e a descrição das intervenções previstas. 31; apresentar um mapeamento das estruturas, das concessionárias de serviços públicos e o projeto de remanejamento das interferências com serviço de utilidade pública, devidamente aprovada pelas instâncias competentes. 32; apresentar um mapeamento dos pontos de erosão e/ou erodíveis escorregamento e assoreamento presentes ao longo do Córrego Dois Irmãos, incluindo a caracterização e hierarquização das áreas críticas. 33; apresentar análise de riscos geotécnicos nos taludes com alta declividade ao longo do canal do Córrego Dois Irmãos. 34; considerando que foram executadas sondagens 2011, a montante da travessia para o projeto básico devem ser apresentados perfis individuais as novas sondagens a serem executadas na Rua Bequimão e Avenida Luiz Imparato para o projeto executivo. 35; apresentar perfis geotécnicos, transversais representativos das canalizações do trecho compreendido entre a Rua Bequimão e Avenida Luiz Imparato. 36; esclarecer se existe lançamento clandestino de esgotos no Córrego dos imóveis que não serão demolidos, e apresentar mapeamento quantitativo das estruturas hidráulicas. 38; indicar as áreas dos bota-foras para o material de demolição devidamente licenciadas para as obras da Fase 2 de empreendimento. 39; apresentar as medidas que serão tomadas para evitar danos as moradias remanescentes e equipamentos sociais lindeiras a obra, no que se refere a estabilidade das mesmas quanto aos recalques, rachaduras, propagações de vibrações induzidas no solo, nas fundações, nas travessias, etc. 40; apresentar a memória de cálculo das fundações das travessias no projeto executivo por ocasião da solicitação de licença ambiental de instalação, informando método construtivo e justificativa da escolha. Durante a implantação da Fase 2 do empreendimento as seguintes exigências também deverão ser atendidas. 41; apresentar relatórios anuais relativos ao desenvolvimento dos programas ambientais propostos no EIA, do meio socioeconômico, que é o programa de comunicação social de educação ambiental desapropriação, emoção e assentamento. 42; apresentar estudos e alternativas referentes as estimativas referentes ao ruído com medições de pressão sonora durante a execução das obras na Fase 2, com base nos parâmetros de incomodidade estabelecidos pela Lei de uso e ocupação do solo que é a 16.402/2016 enfocando as áreas com habitações lindeiras nas obras e equipamentos sociais, considerando o ruído de fundo já pesquisado. 43; apresentar estudos e estimativas durante a execução das obras da Fase 2, referentes a vibrações induzidas no terreno, em função da atividade de máquinas e equipamentos, exemplo de bate estacas escavadeiras, rompedores, rolo compressor, tendo como base as medições já realizadas. 44; comprovar a adoção de medidas mitigadoras para o controle da produção de material particulado em função dos trabalhos de movimentação de terra e de gases em função da emissão pelos equipamentos. 45; comprovar a adoção de medidas mitigadoras para proteção da vida aquática no Córrego, e com exigência para antes do início das obras, informar a localização previsto de canteiros de obras, industriais e áreas de apoio e as respectivas atividades previstas. 47; apresentar o relatório da inspeção cautelar das estruturas, das

edificações existentes lindeiras nas obras de canalização e que não serão demolidos. 48; implementar os programas de monitoramento da HERPETOFAUNA e ICTIOFAUNA. E este foi o parecer da Câmara Técnica. Então só destacando que teve a colaboração do Conselheiro Lacava nesse parecer técnico do GTANI, que estava condicionando a ele, solicitar uma Licença de Instalação para a Fase 1. E isso que foi discutido lá, por conta da decisão judicial, essa Fase de LAI, a etapa posterior que seria a solicitação de Licença Ambiental de Instalação para a Fase 1, ela se tornou extemporânea porque já tá feito, então não adianta, por isso que a gente está condicionando a esse parecer da Câmara Técnica, condicionou aquele comprove todo da Fase 1 anterior a solicitação da LAI da Fase 2, eu só ia colocar como uma sugestão que eu também andei discutindo com os técnicos e com os Conselheiros da Câmara Técnica. Eu acho que a gente poderia só mudar uma consideração desse parecer do CADES, de que ele deverá solicitar a LAO para a Fase 1 também, a LAO seria a Licença Ambiental de Operação. Essa é alteração que eu sugiro de inclusão nesse parecer do CADES. Então esse foi o parecer, fico a disposição para qualquer dúvida e os técnicos também estão presentes, se eu não souber responder...

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Muito obrigado Juliano. Carlos, quer falar?

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Era bom saber se alguém se opõe a sugestão do Juliano, e caso ninguém tenha nenhuma objeção a gente adiciona o relatório.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Sim. Lembrando que na última reunião do CADES colocamos em pauta esse assunto, deixando isso bem claro. Porém não houve tempo hábil para a elaboração do parecer técnico, sendo assim, agora o Conselheiro Juliano apresentou para nós, bem esclarecido, bem já resolvido e juntamente com os técnicos aqui presentes. Obrigada Juliano, pela sua apresentação. Sendo assim colocamos em votação a referido item, os Conselheiros e Conselheiras... (fala interrompida)

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Liliane, acho que o Lacava quer fazer alguma consideração.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: É, só que primeiro eu preciso colocar em votação, Presidente.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Esta bom.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Sendo assim, colocamos em votação o referido item, os Conselheiros e Conselheiras que concordam com a aprovação do parecer técnico referente ao empreendimento Obra de Canalização Córrego Dois Irmãos permaneçam como estão, os que discordam, por favor, levante a mão. Por favor Sr. Lacava está com a palavra.

Marco Antônio Lacava – CMSP: Bom dia a todos, eu gostaria apenas de justificar a minha abstenção no sentido de entender que após a execução da obra da Fase 1, eu particularmente não me sinto à vontade para deferir a solicitação do alvará, uma vez que as obras já estão concluídas então apresentar projeto de cálculo estrutural,

apresentar projetos aonde a obra já está concluída, eu particularmente me abstenho de aprovar esse tipo de coisa. Entendo que um Juiz pode solicitar a brevidade de uma obra, mas não determinará sua execução antes de que tudo esteja muito bem esclarecido para que a obra seja executada, principalmente uma obra deste porte. Então eu justifico a minha abstenção e permaneço com ela, e com relação a Fase 2 evidente todo esse elenco de cobranças que o Juliano apresentou. Eu só tenho que concordar, porém, a Fase 1 não dá para entender que nós tenhamos que aprovar algo que a obra tá pronta e aí vamos supor, agora que tenha algum equívoco no cálculo estrutural, obra tá pronta, não tem como questionar isso, não tem como provar isso, responsabilidade é do Juiz, que determinou a execução de uma obra no joelho achando que a toga e uma varinha de condão pode executar um projeto desse porte e depois técnicos tem que engolir uma obra que o meritíssimo idolatrado Juiz determina que se execute, não é assim. O Brasil já está numa outra fase, isso não pode continuar acontecendo, o que põe em risco a tecnologia aonde eu não sei se os cálculos estruturais de contenção daqueles taludes estão de acordo e eu vou aprovar agora? Peça para o juiz do aprovar, eu não vou.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigado Sr. Lacava pela consideração. Passo agora a palavra para o Sr. Ângelo Iervolino. Por favor, Sr. Ângelo.

Ângelo Iervolino – SAL: Bom dia a todos Ângelo Iervolino, Sociedade Ambientalista Leste 3. Eu acompanho o voto do Lacava que no ano passado, nós passamos com um fato quase semelhante aqui na zona leste, no Córrego Aricanduva.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigado Sr. Ângelo. Assim passamos para a votação.

Como todos ficaram assim, unanime, com duas obtenções, temos como aprovado a ata do dia de hoje tá, com o Córrego de Obras de Canalização, do Córrego Dois Irmãos, do parecer técnico. Obrigada Juliano pela sua apresentação e obrigada aos técnicos aqui presentes, vocês estão liberados a partir de agora, já que não houve nenhuma manifestação.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Obrigado Sr. Lacava, obrigado Sr. Ângelo, e vamos para o próximo ponto.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Vamos respirar um pouquinho né. Estão os técnicos aqui presentes comigo, e eles estão né... então vamos já respirar um pouquinho aqui com eles. Passando agora para o terceiro ponto do expediente, que é o terceiro ponto especial de hoje, que hoje temos uma convidada especial aqui no CADES. Eu fiquei feliz que eu convidei a Patrícia e ela aceitou. Falei para a Rute, Rute a gente precisa da Patrícia para fazer apresentação do Governo Aberto e ela aceitou com toda caríssima disposição, como ela sempre faz né. Então agora passando a apresentação sobre o Programa de Governo Aberto da Secretaria Municipal da Casa Civil, pela Sra. Patrícia Marques, Coordenadora do Governo Aberto. Seja bem-vinda Patrícia, com a gente aqui no CADES, junto com os Conselheiros, junto com as Conselheiras. Junto com o nosso Secretário Adjunto Carlos Vasconcelos, você já conhece muito bem né. E seja bem-vindo, dou a palavra para você, ou dou a palavra para o Carlos primeiro, se manifestar. Obrigada. Carlos...

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Patrícia já é grande parceira, velha conhecida. Conhecida a tempos melhor, para não ficar dúvidas. Patrícia muito bem-vinda e estamos ansiosos aí pela sua apresentação. Muito obrigado pela sua apresentação, muito obrigada pela presença.

Patrícia Marques - Coordenadora de Governo Aberto – Casa Civil: Obrigada Carlos, obrigada Liliane, a Ruth também são pessoas que toda vez que Governo Aberto chama, atende a gente com presteza, muito obrigada, para mim é um prazer estar aqui presente, queria cumprimentar e parabenizar todos os conselheiros que estão aqui presentes né, no CADES aqui, trabalhar próximo, e estar próximo dos Conselheiros de Políticas Públicas da Cidade de São Paulo, é muito importante para nossa pauta. Então para mim é sempre um prazer poder compartilhar o trabalho com a equipe de Governo Aberto, vem fazendo na Prefeitura de São Paulo né, claro que a gente está falando de uma pauta que é transversal a todas as secretarias, á todas as Políticas Públicas, mas existe né uma unidade na Prefeitura, e é a nossa, responsável por alguns projetos e por fomentar esse conceito tão importante para a Gestão Pública. Eu vou compartilhar com vocês aqui uma apresentação, só um segundinho... Questões técnicas, eu preciso mudar minha tela senão vou ficar de lado para vocês, perdão, eu vou só trazer ela para cá. Agora sim, então vamos lá. Coordenação de Governo Aberto. Quem somos nós né, como havia dito uma unidade aqui na Prefeitura de São Paulo que tem como foco trabalhar a pauta de governo aberto para toda Municipalidade, dentro do nosso trabalho, nós temos projetos como Programa Agente de Governo Aberto, Participe mais, o Diálogo Aberto e os Planos de Ação em Governo Aberto, mas antes da gente falar sobre o que a Prefeitura faz, vamos entrar um pouquinho no que é o Governo Aberto. A gente costuma se deparar quando a gente lá em 2017/18 nas primeiras reuniões, quando a gente perguntava para as pessoas, o que é Governo Aberto? Vinha muito fortemente na cabeça das pessoas à questão de Transparência, mas quando a gente fala de Governo Aberto, a gente não está falando apenas de Transparência, nós estamos falando de uma nova forma de governança, onde o olhar Central é um Múncipe, e esse é um olhar que apoia nos pilares centrais da Transparência, da prestação de contas, da participação social e da Inovação e Tecnologia em favor de melhorar e aprimorar os outros pilares. Então para gente, Governo Aberto, ele é uma estratégia né, é um olhar, uma governança para o desenho, implementação, controle e avaliação de políticas públicas e também uma forma de pensar o processo de modernização administrativa, quando a gente fala de Governo Aberto nós não estamos falando de uma particularidade aqui da nossa unidade, como eu disse, ele é transversal, toda e qualquer órgão da Administração Pública pode colocar o olhar de Governo Aberto dentro da sua dentro da sua gestão, dentro da construção dos seus projetos e das suas políticas públicas. Então a gente tem um ciclo de pilares que um fortalece o outro. Então o Pilar da Transparência a partir do momento que você abre as informações, você disponibiliza os dados, você fomenta a participação do Município e você aproxima o cidadão da Gestão Pública e que na verdade é pessoa que vai se utilizar dos serviços que a gente tem a oferecer, dos serviços que são necessários para manter a nossa Cidade funcionando e a qualidade de vida das pessoas e assegurar os direitos e os deveres de cada cidadão. Quando a gente fala da prestação de contas, nós estamos falando da responsabilização do Governo, em abrir o que está sendo feito, informar, prestar contas do que foi feito, do que não foi feito e se responsabilizar por suas performances e claro, inovação e tecnologia é constante, porque ela que possibilita esse aprimoramento e cada vez mais trazermos uma administração mais eficiente e quando a gente fala do Pilar de Inovação e Tecnologia, a gente pode, é claro que quando a gente fala inovação

logo vem a nossa cabeça tecnologia, mas às vezes uma inovação não está atrelada a uma ferramenta de informática, por exemplo, ela pode estar atrelado apenas a uma nova forma de se fazer algo que já vinha sendo feito e que talvez não esteja mais tão eficiente e precisa sofrer alguma remodelação e que não necessariamente implique uma nova tecnologia. Mas aí fica a pergunta, qual a garantia que todos vão ter acesso ao Governo Aberto? Por isso que dentro da nossa área existem alguns projetos, focados para disseminar o Governo Aberto dentro da administração pública e externamente para os Municípios. Então um dos nossos projetos são os Planos de ação em Governo Aberto, e é um conjunto de compromissos que a Prefeitura de São Paulo assume para promover o avanço e abertura de Governo na Cidade. O que que é interessante nos Planos de Ação em Governo Aberto, o plano de ação em Governo Aberto ele tem as suas prerrogativas para existir e a principal delas é: ele precisa de um processo de cocriação que seja realizado em conjunto com a Sociedade Civil. Então aqui em São Paulo quando a gente vai formular um Plano de Ação em Governo Aberto, a gente faz esse trabalho em conjunto com organizações da Sociedade Civil e se candidata para estar nesse espaço, assim como o espaço dos Conselhos, é um espaço voluntário, nenhuma das organizações que trabalham conosco nesse espaço recebem qualquer tipo de remuneração, normalmente são organizações da Sociedade Civil que já trabalham as pautas de inovação, tecnologia e a transparência, que trabalham temas correlacionados á aberturas de Governo. E claro quando a gente tá fazendo a construção desse plano, além de contar com essa Sociedade Civil que está organizada com o Governo dentro do que a gente chama de Fórum de Gestão Compartilhada, que hoje nós temos oito cadeiras de Governo e oito cadeiras da Sociedade Civil, a gente constrói os Planos em várias etapas e dentro dessas etapas a gente compreende etapas de consultas públicas, etapas de reuniões abertas a sociedade civil, a gente tem oficinas participativas e de construção de projetos. Então ele é um trabalho que envolve grande participação na sua construção. A nossa Cidade já está no 3º Plano de Ação e na construção do Plano de 2021 foram mais de 400 participações dentro de todo o processo, que demorou aproximadamente oito meses e contou com oito etapas dentro do seu processo de formulação. Criado o Plano de Ação com os compromissos que serão assumidas pela Cidade a gente parte para implementação e dentro desse processo de implementação é claro, nós temos vários Órgãos da Administração Pública, por que é um Plano de Ação, ele não é uma coisa específica da nossa equipe, então eu vou te contar um pouquinho para vocês do que é esse 3º Plano de Ação. Então é um trabalho muito intersecretarial e multidisciplinar e a implementação desses compromissos acontecem também em conjunto com a Sociedade Civil deste fórum e de tempos em tempos a gente faz, de tempos em tempos não, anualmente, nós fazemos balanços de implementação e são eventos abertos a população para que ela possa ter conhecimento de como está o andamento das implementação na gestão e claro que depois a gente passa por um processo de avaliação conjunta de todas as etapas, tanto da cocriação, como da complementação para rastrear as melhorias, com tanto que nós estamos no 3º Plano de Ação e a gente percebe mudanças do primeiro para o segundo, do segundo para o terceiro e já estamos olhando para o 3º Plano para prever as mudanças e melhorias e o próximo plano que a nossa cidade vai construir, mas aí a partir de 2025. Então dentro aqui do histórico dos Planos de Ação da Prefeitura de São Paulo nós tivemos o primeiro Plano que foi cocriado em 2016, implementado em 2017, então é um fato que é importante trazer aqui né. O Governo Aberto ele é uma política pública já consolidada dentro da Prefeitura de São Paulo, contanto que ela perpassou gestões, não ela começou em 2014, o seu primeiro Plano de Ação foi em 2016, mas já foi implementado pela Nova gestão de 2017, o segundo plano foi em 2017

e a sua implementação foi 18/19/20. Então nós temos aqui um segundo Plano, que foi construído, implementado inclusive fez parte do programa de metas, foi 100% implementado e é de um trabalho desse que nasceram projetos como o Diálogo Aberto, o Orçamento Cidadão, o Participe mais, a reformulação do Portal da Transparência, o Portal Livro Aberto da Secretaria de Educação que regionalizou os gastos da educação a um nível das Direções e agora atualmente nós estamos no nosso Terceiro Plano de Ação de Governo Aberto que foi criado em 2021 e tem prazo de implementação até 2024. E por que é importante trazer o Plano de Ação para vocês, porque nós temos um compromisso específico, que é o compromisso 3, com um olhar para os Conselhos e Colegiados de Políticas Públicas da cidade de São Paulo. Então o 3º Plano foi construído com quatro compromissos, um deles é: aprimorar as ferramentas de informações e dados sobre licitações e contratações qualificando e ampliando a transparência da Prefeitura da Cidade de São Paulo, é claro a equipe de Governo Aberto coordena a implementação dessas quatro compromissos, mas cada um desses compromissos deram origem às GPs de trabalho, onde uma Secretaria que domina a pauta relacionada a esse compromisso, que é a coordenadora do compromisso neste caso do compromisso 1, é a Secretaria de Gestão. Já o segundo compromisso é fortalecer o engajamento da população para o monitoramento da implementação da Agenda Municipal 20/30. Aqui a gente tem o compromisso 2, 3 secretarias trabalhando em conjunto na coordenação desse compromisso, aqui nós temos a Secretaria de Planejamento, nós temos Secretaria do Verde e Meio Ambiente e temos a Secretaria de Relações Internacionais. 4º compromisso é a geração e disponibilização de dados sobre infraestrutura hospitalar e vacinação no Município de São Paulo e claro que relacionada a COVID e o impacto da Covid-19 na frequência escolar dos estudantes da Rede Municipal de Educação. Aqui nós temos Secretaria de Saúde e Educação trabalhando em conjunto e o compromisso 3, claro que é da nossa Secretaria aqui da Casa Civil, é um compromisso compartilhado pela equipe de Governo Aberto e pela Equipe de Diálogos e Participação que é promover ações para fortalecimento institucional dos Conselhos e Colegiados de Políticas Públicas na Cidade de São Paulo. Então o que é esse compromisso, do que que vocês estão falando quando vocês estão falando no Fortalecimento Institucional dos Conselhos e Colegiados de Políticas Públicas, esse foi o compromisso construído em 2021. Então a gente ainda tinha uma discussão muito forte né, sobre a instituição do chamado conselho de representantes. E aí é um Conselho que ele é do legislativo e não do executivo, então claro que era uma preocupação da Sociedade Civil na época, então nós temos um marco específico de um olhar para esse novo Conselho, nós temos um marco referente ao redesenho do projeto Diálogo Aberto, e é um projeto da equipe de Governo Aberto que nasceu no 1º Plano de Ação em 2017, e que precisa ser reformulado agora e o grande público alvo desse projeto são os Conselheiros, e é um projeto que acontece o prestação de contas no âmbito das 32 Subprefeituras. E aí a gente tem um outro marco, que é propor a formação e manual prático, voltado para os Conselheiros Participativos Municipais, mas nós em conjunto com a Sociedade Civil, quando a gente começou a implementação desse compromisso nós falamos porque restringir apenas aos Conselheiros Participativos Municipais sendo que na nossa Cidade nós temos mais de 50 Conselhos que atuam com Políticas Públicas administradas aqui dentro da Prefeitura de São Paulo, então nós decidimos ampliar esse compromisso, então essas formações não ficaram restritas aos Conselhos Participativos Municipais. E aí o 4º Marco, que é o desenho de um mecanismo de comunicação que integre informações sobre todos os Conselhos e Colegiados Políticas Públicas organizadas pela Prefeitura tais como, a disponibilização de agenda de reuniões, notícias sobre consultas, audiências e

votações, eleições de conselhos, contatos das unidades que gerenciam os conselhos e claro né trazendo as informações respeitando os limites legais, Leis, Decretos e Portarias que regem cada um dos conceitos né, porque cada Conselho tem o seu regimento específico, seu decreto e as suas particularidades. E aí quando a gente tá falando do 3º Plano de Ação envolvendo o Governo Aberto, quando nós estamos falando do marco 3.3 que são as formações, nós estamos atrelados ao ODS16. No marco 3.4 também estamos atrelados ao ODS 16, e aí como que a gente está trabalhando essa implementação desses compromissos, uma delas é por meio do Programa Agentes de Governo Aberto, que existe desde 2015, aqui na Prefeitura de São Paulo, nós estamos na sexta edição do programa, ele é um programa que por causa da pandemia está acontecendo online, as formações que são gratuitas e certificadas e esse programa aqui não tem custo, nem os participantes, nem custo a rede parceira. O foco do Programa Agentes de Governo Aberto, a missão deles é formar e engajar da Sociedade Civil no exercício da cidadania por meio da agenda de Governo Aberto, e a nossa preocupação é atingir todo o território da cidade de São Paulo, contanto que a nossa meta sempre foi atingir público na região das 32 Subprefeituras. O Programa Agentes de Governo Aberto, quais são os diferenciais desse programa. A gente faz a difusão das práticas de participação cidadã e de outros temas correlacionados a pauta de Governo Aberto, a gente tem esse trabalho de trazer a relação de Múncipe para Múncipe e de Múncipe para servidor, porque aqui essas formações elas não são ministradas por servidores públicos, essas formações são realizadas por Múncipes que conhecem determinados temas e que desenvolvem aulas para replicar para a população. Então a gente tem aqui, o Múncipe que é contratado pela Prefeitura, ele recebe uma verba, que é financiada pela, antes era da Secretaria de Governo, agora Casa Civil e Controladoria. Isso é um Programa inclusive Intersecretarial, a Controladoria Geral do Município é grande parceira da equipe de Governo Aberto e todos os seus projetos, então a gente toca esse programa em conjunto. E também ele é um meio de aproximar o Múncipe do Servidor Público, por que essas formações também são destinados aos servidores e funciona como uma forma de manter os pilares de (som ininteligível) dentro da administração pública e fazer essa reciclagem de conhecimento, é claro, e como nós estamos trazendo um conhecimento que vem de fora a linguagem é até melhor, mais simples e facilitada porque nós, servidores públicos a gente ainda precisa de bastante treinamento, mas vira e meche a gente acaba caindo nas siglas, falando de jargões que são particularmente nossos né, uma particularidade nossa do nosso dia a dia de trabalho e que às vezes até pode dificultar o entendimento por parte do Múncipe. A gente traz uma visão de centralizar a linha externa do poder público e da estrutura governamental e toda essa parte de organização, responsabilidade, de tocar essas oficinas é tudo aqui da equipe, claro, no time que cuida desse projeto. Normalmente o nosso projeto conta com uma grade de oficinas, atualmente ele está dividido em eixos temáticos, então a gente aqui, nós fizemos uma transversalidade dos pilares de Governo Aberto casando com outras políticas públicas, indo para as políticas públicas que interferem no dia a dia do cidadão. Então a gente tem aqui um eixo específico de Governo Aberto, nós temos o eixo que fala sobre Orçamento Público e Gestão Municipal, temos um eixo de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, temos Instrumentos de Planejamento Urbano, Saúde e Assistência Social, Estrutura e Funcionamento Estatal e Governo Aberto nas escolas, que é uma parceria com SME para fomentar Governo Aberto e a Cidadania jovem né para cidadãos conscientes no nosso futuro. E aí quando a gente tá falando do Programa Agentes de Governo Aberto, até um dos motivos de eu estar aqui com vocês é porque dentro dos trabalhos do 3º Plano de Ação pensando nas

formações, a nossa equipe teve contato com a Liliane, com a Ruth para falar dessas oficinas e oferecer as oficinas para vocês, contanto que acredito que vocês já devem ter conhecido o programa, porque nós estamos fazendo uma trilha formativa junto com o CADES, então nós recebemos mais de 80 inscrições nas trilhas formativas, tivemos oficinas que aconteceram no dia 30/07 que é exercendo a nossa participação social, nós tivemos 22 participações, tivemos a segunda oficina que foi no dia 6/08 que foi a Oficina de Planos de Bairro para entender o que que é esse instrumento e como que ele pode ajudar na reorganização do bairro, crescimento do bairro, tiveram os 18 participantes. E agora nós temos no dia 20/08 acontecendo a 3º oficina por dentro das emendas parlamentares módulo 1 e no dia 27/08 por dentro das emendas parlamentares no módulo 2. Ah, eu não me inscrevi, corre que dá tempo.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Eu já me inscrevi Patrícia...

Patrícia Marques - Coordenadora de Governo Aberto – Casa Civil: Ah, excelente. Depois vamos trocar uma figurinha para ver como foi. (risos) Então, mais o que que é legal desse programa, o Conselheiro pode ser um agente de Governo Aberto... pode, porque não tem restrição, então nós temos vários casos de Municípios que assistiram ao programa e viraram agentes na edição seguinte como Conselheiros que conheceram o programa, se interessaram por disseminar o conhecimento específico que tem sobre a pauta (som ininteligível) trabalha e bolou uma estratégia de aula, uma oficina, ela precisa conter uma parte teórica e uma parte prática e acabou entrando como um Agente de Governo Aberto. O legal do Agente de Governo Aberto é que esse trabalho, ele é estruturado e ele é remunerado. Então nosso programa ele é dividido em três fases, nós temos a seleção do Agente, que é quando a gente lança o edital e contrata as pessoas que darão as aulas, é claro que tem todo um processo de seleção, tem banca, nós temos as Secretarias envolvidas nos temas, inclusive, o Verde e Meio Ambiente participaram conosco da seleção do edital 21/22 na categoria dos ODs. Depois a gente parte para execução das oficinas e claro, ao final, o monitoramento e aprimoramento do programa que é uma prática nossa que, inclusive a gente faz de forma participativa, fortalecendo os colares de Governo Aberto, então quando a gente reformula o programa a gente conversa com todos os agentes da edição anterior e pergunta para eles, o que vocês sentiram e o que pode ser melhorado? E aí a gente sempre nos projetos daqui da equipe a gente sempre procura trazer um olhar de fora, trazendo essa participação, quer seja de um especialista ou realmente da Sociedade Civil por meio das consultas públicas que a gente abre antes de lançar o edital, mas para eu trazer um pouquinho dos resultados do que é o Agente de Governo Aberto nós temos aqui mais de 36 mil pessoas formadas, sempre conseguimos atingir público nas 32 Subprefeituras e no ciclo da 6ª edição que foi no fim do segundo semestre do ano passado, nós tivemos 3.734 participações. Ah pensando no tamanho da cidade de São Paulo esse número não é pequeno? Achamos, queremos ampliar esse número, por isso que é importante a gente sempre a gente divulgar para os Conselheiros, e a gente sabe que vocês têm uma rede, vocês têm contato com os Municípios, vocês estão lá na ponta, então vocês podem ser um grande disseminador dessa política pública, principalmente porque é uma política pública gratuita ao cidadão. Outro projeto nosso que é um trabalho importante e que a gente tem olhado como que ele pode ajudar o Conselheiro no dia a dia das suas atividades, então o Diálogo Aberto é uma estratégia de prestação de contas que acontece nas 32 Subprefeituras. Aqui a Subprefeitura elabora e disponibiliza no seu site um relatório semestral ou anual de obras e ações realizadas dentro daquele território, depois a gente provoca um espaço, uma audiência

pública ou uma reunião aberta, onde o Subprefeito ou alguém nomeado por ele apresenta esse relatório, se coloca à disposição para tirar as dúvidas dos Munícipes, e aí o Diálogo Aberto ele está sendo redesenhado dentro do 3º Plano de Ação Governo Aberto, porque a gente entendeu que a gente precisa ir aparar algumas arestas, trazer algumas outras informações para dentro dos relatórios, e por que a gente tem essa questão de inovação na Gestão Pública, então a gente procura também sempre inovar dentro dos nossos projetos, o interessante é, como ele está dentro do Plano de Ação em Governo Aberto, ele vai ser redesenhado em conjunto com a Sociedade Civil. Então, aqui a gente trouxe o Marco 3.2 do mesmo compromisso 3, que é um redesenho do Diálogo Aberto, é claro que a gente quer que prevalecer que dentro desse redesenho tenha as reuniões periódicas e abertas a população, porque aí é onde acontece o espaço do Diálogo. Outro projeto importante da equipe de Governo Aberto que atende toda a Prefeitura de São Paulo é o Participe Mais, o Participe Mais ele veio do 2º Plano de Ação do Governo Aberto e tem a plataforma de participação social da Prefeitura de São Paulo, ele é um espaço onde qualquer Secretaria, qualquer um dos Órgãos da Administração Pública podem realizar processos participativos, pensando em consultas públicas, um grande instrumento de participação social que existe dentro do Participe Mais é a ferramenta do Orçamento Cidadão, o Orçamento Cidadão que nasceu também no 2º Plano de Ação do Governo Aberto, então, para vocês verem o potencial que esse projeto tem e como houve a participação da Sociedade Civil nós tivemos vários olhares para esse projeto não foi uma imposição da Administração Pública, então foi um trabalho muito interessante e colaborativo de ser realizado e aí essa plataforma é baseada no Código Livre Consul e foi desenvolvido pela Prefeitura de Madrid, que é membro da mesma parceria internacional de Governo Aberto que a Cidade de São Paulo faz parte, inclusive, uma curiosidade para vocês, essa parceria, a OGP, se chama Open Government Partnership, ela é uma parceria internacional para fomento de práticas de Governo Aberto no mundo, ela surgiu em 2011 e Brasil foi o País signatário junto com sete outros países esteve presente nessa criação e junto com os Estados Unidos foi o primeiro a administrar a OGP, então contanto que Brasil já está na implementação do seu 5º Plano de Ação no Governo Aberto e São Paulo está na 3ª porque ingressou na parceria em 2016 e foi quando a parceria entendeu que não podemos trabalhar apenas o Federal porque quem está próximo do cidadão que é destinatário das Políticas públicas, que vive o dia a dia da Cidade, do Estado e do País, são os Munícipes, então quem é a instancia mais próxima do Município, então aí eles abriram o projeto de Governo Aberto Local e aí convidaram Cidades para participar, e São Paulo foi a primeira Cidade brasileira a ingressar, e só agora em 2020 que outros entes brasileiros entraram, que foi a cidade de Osasco, o Estado de Santa Catarina e agora em 2022 eles abriram novas inscrições e nos teremos mais uma Cidade brasileira participando. E essa plataforma é administrada por nós, os Srs. já devem ter ouvido falar do Participe Mais, deve ser conhecido, principalmente, por causa da votação do CADES, a plataforma ela fez dois anos agora em julho, no comecinho do ano, em janeiro de 2022 nós conseguimos assinar o contrato com a Prodan, então, nós estamos passando por toda uma reformulação do Participe Mais, que o foco principal agora até outubro de 2024 é garantir acessibilidade 100% a plataforma, nós estamos nesse caminho em conjunto com SMPED e já estamos com a aba de consultas públicas 100% acessível, então em breve a gente vai poder criar uma métrica de medida como que está a inclusão na participação social digital na nossa cidade. O alcance do Participe Mais medido até 2021, para ver como essa política pública é importante, nós temos 63.000 usuários cadastrados até dezembro de 2021, foram realizadas 25 consultas públicas, agora claro, esse número aumentou em 2022, nós temos 45 mil participantes

com contas completas, que é o que a gente chama, que são realmente pessoas que contribuíram em algum momento dentro da plataforma e temos aqui rastreado por meio da ferramenta do Orçamento Cidadão que com a vinda do Participe Mais a gente aumentou a participação da população na construção do Projeto de Lei Orçamentária anual em 500%. Aqui só algumas consultas públicas que já passaram pelo Participe Mais. É isso, eu agradeço vocês, aqui tá um geral do que são as ações da equipe de Governo Aberto, é claro que quando nós estamos falando de Governo Aberto, ele é muito mais amplo do que esses projetos que eu mostrei para vocês, então, a gente tem Portal da Transparência, a gente tem o GeoSampa, o Observa Sampa, a própria ferramenta do SP156, o Livro Aberto, então o Governo Aberto é muito mais amplo do que essas ações que eu trouxe para vocês, mas esse é um espaço e gostaria de convidar a todos para acompanhar a nossa página, porque é por meio das nossas redes sociais que a gente divulga quando tem construção de projeto de Governo Aberto aqui na equipe, quando tem consulta pública aberto no Participe Mais, quando tem consultas públicas de outros parceiros ou eventos correlacionados ao tema e dessa forma a gente espera poder contribuir com a ação dos Conselheiros aqui da nossa Cidade.

Gente, muito obrigada pelo espaço. Fico aberta para quem tiver alguma dúvida e me coloco, inclusive, a disposição para se vocês quiserem falar sobre algum programa específico, agendar com algum CADES em específico, mesmo que eu não possa ir, a equipe de Governo Aberto, ela é uma equipe bem jovem, a galera muito engajada, então a gente está pronta para sair pela cidade.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Patrícia, muitíssimo obrigado por nos brindar com tamanha apresentação. Eu sou um militante da participação das entidades e da população, nas decisões de governo. O programa de Governo Aberto, o Participe Mais e todas as outras ferramentas são fundamentais para fomentar essa proximidade da população com o Governo e fica uma inveja boa de tudo aquilo que a gente está fazendo, a gente acaba mostrando mais uma vez, nos certificando, que a cidade de São Paulo ela tem no seu DNA a liderança, a capacidade de fazer o novo, de fazer as coisas na frente e permitindo, obviamente, isso assim tem um determinado custo, mas permite aí, nos traz muita felicidade. Patrícia, muito obrigado. Você é uma grande parceira, nossas portas estão sempre abertas, sempre que quiser trazer novidades nós estamos aqui e como você falou é importante apresentar para que os nossos Conselheiros, os nossos envolvidos, a nossa audiência, ela sirva para divulgar todo esse trabalho que a Prefeitura faz. A Prefeitura de São Paulo, a gente chama de quase um País, pelo nosso tamanho e pela nossa colocação, eu sempre gosto de comentar que São Paulo a gente tem 12 milhões e meio de habitantes, se a gente pegar um País próximo irmão como Portugal, são 10 milhões e meio de habitantes em uma área infinitamente maior que a nossa, e a gente tá aqui, tá fazendo nossas políticas em prol do cidadão, em prol da comunidade, no nosso caso específico, em prol do meio ambiente e os outros órgãos da Prefeitura trabalhando de forma transversal são sempre bem-vindos, são parceiros e a gente anda de mãos dadas. Patrícia mais uma vez muito obrigado pela participação e por nos trazer tantas informações bacanas. Agora nos resta o formulário para participação no programa de agentes. Muito obrigada.

Patrícia Marques - Coordenadora de Governo Aberto – Casa Civil: Carlos, eu que agradeço vocês por mais essa oportunidade de poder divulgar os nossos trabalhos e também me coloco à disposição da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, quando vocês precisarem construir algum projeto e precisar de metodologia participativa, pode convocar que a equipe está sempre à disposição para colaborar com os nossos

parceiros. Eu que agradeço. E eu posso fazer o seguinte Liliane, disponibilizar para vocês essa apresentação, aí eu só vou colocar na apresentação o meu e-mail, o e-mail da equipe, porque quem tiver alguma dúvida e quiser contatar diretamente aqui com o Governo Aberto a gente está à disposição. Tá bom?

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Patrícia. Eu estou com a Rute aqui também na reunião, presente conosco, e ela está informando aqui que todos os Conselheiros estão sempre elogiando o Governo Aberto e ela está hiper feliz, também estou hiper feliz que está dando certo a gestão, está dando tudo ok aí com vocês. E conte conosco aqui também do CADES, do CGC, o que você precisar, só bater o telefone, passa um WhatsApp, como a gente fala né, passa um WhatsApp que a gente resolve. Sempre seja bem-vinda aqui, Patrícia.

Patrícia Marques - Coordenadora de Governo Aberto – Casa Civil: Combinado. A gente deseja um excelente trabalho para vocês a partir daí de agora, então peço licença para vocês para eu retirar, para que vocês possam continuar com a agenda de vocês. Muito obrigada.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Patrícia, só um minutinho por favor, porque a Tereza levantou a mão, não sei se é sobre sua apresentação...eu vou passar a palavra agora para Tereza Cristina, por favor, Tereza. Aí se não for Pati, aí você já fica dispensada, melhor está bem. Tereza Cristina? É porque a internet dela está caindo toda hora... Tereza Cristina? Está com a gente aqui...

Vamos passar para frente então, não está aqui pegando, mas caso for alguma coisa da sua apresentação, eu deixo registrado aqui na gravação aí eu passo para você via e-mail Patrícia.

Patrícia Marques - Coordenadora de Governo Aberto – Casa Civil: Combinado.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Um ótimo dia hoje para você e novamente agradeço você por estar presente aqui com nossos Conselheiros e Conselheiras.

Patrícia Marques - Coordenadora de Governo Aberto – Casa Civil: Obrigada, igualmente gente. Tchau.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Mais uma apresentação né Presidente, excelente, o mês passado foi uma, esse mês foi agora com a apresentação da Patrícia, e assim a gente vai mudando o nosso CADES, que é mostrando que a Cidade de São Paulo está fazendo com a nossa gestão do nosso Prefeito Ricardo Nunes, que às vezes muitos pensam que a cidade de São Paulo não tá sendo movimentada, então tá sim né, com as 32 subprefeituras, com a nossa gestão aqui da Secretaria do Verde, com o nosso Secretário Eduardo de Castro, com o Sr. nosso Secretário Adjunto que tá sempre aparte, sempre à frente, junto conosco aqui. Eu fico muito feliz, saber que a cidade de São Paulo está caminhando muito bem e que os Conselheiros também fiquem sabendo como é que está andando a nossa cidade aqui de São Paulo. Passando agora para o 4º ponto do expediente do dia, a sugestão de temas de pautas futuras reuniões do CADES, que a próxima reunião do CADES será dia 14/09, quarta-feira, no mesmo horário, aí eu peço por gentileza que encaminhe para Cades@prefeitura.sp.gov.br O Sr. Ângelo, por favor. Levantou a mão, te dou a palavra.

Ângelo Iervolino – SAL: Novamente bom dia. Eu já enviei e-mail para o CADES, já falei alguma vez em reunião, a respeito da criação do corredor ecológico, desde da Jacu Pêssego até a cidade de Tiradentes, não sei se a Sra. Anita tá acompanhando hoje a nossa reunião, na época, era ela a representante da Secretaria no PMMA, então a gente insiste porque daqui a pouco não vai existir mais essa mata, é uma mata bem significativa que a gente teria que pensar uma forma de protegê-la, antes que acabe, apesar que a zona leste ainda é um dos redutos, que tem uma quantidade significativa de mata, inclusive, mata atlântica, mas eu acho que quanto mais a gente aproveitar seria melhor. Era somente isso.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: O Sr. dá como sugestão de pauta uma apresentação da criação do corredor ecológico, Sr. Iervolino?

Ângelo Iervolino: Pode ser. Anitta é que acompanho sempre, ela está bem a par disso.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Eu vou atrás disso para o Sr. aí a gente encaminha via e-mail e se dar para fazer uma apresentação ou uma informação na próxima reunião do dia 14/09, aí nós vamos fazer sim. Tá bem.

A Dona Rosélia está aqui presente, ela é nossa coordenadora aqui, então eu vou dar palavra para a Dona Rosélia, ela pode estar complementando a sua fala e a minha também. Bom dia, Dona Rosélia, tudo bem?

Rosélia Mikie Ikeda – CPA/SVMA: Bom dia. Desculpe, eu não vou ligar a Câmera, é que meu computador não está muito bom, mas aqui eu estou assistindo tudo. Só para dar uma informação, para o Sr. Iervolino, que na verdade, uma das ações que nós estamos bastante empenhados, tanto o planejamento, quanto o pessoal de CGPABI, é na implementação do Parque Natural Cabeceiras do Aricanduva, que ele faz parte desse corredor ecológico leste, é porque ele vai fazer a ponte entre os dois parques naturais, ou o Parque Natural Fazenda do Carmo e o Parque Natural, esse novo, que nós estamos criando. Esse parque ele já passou, na verdade, a Prefeitura está desapropriando as áreas, porque eram todas áreas, grande parte dela, áreas privadas e nós estamos praticamente, encerrando essa fase, só tem mais um imóvel para emitir posse, que vai ficar para 2023 provavelmente. Grande parte já está lá e já está com a gestão da Secretaria do Verde, com o vigilante lá cuidando da área. Então, isso já é parte da implementação, é uma construção que vai demorar muito tempo, todas, é uma coisa complexa essa coisa de Corredor Ecológico, mas a gente acha que com esse Parque a gente já deu um salto bastante grande. Muito obrigada gente.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Dona Rosélia, pelos seus esclarecimentos. E Dona Rosélia, vamos ver se a gente consegue fazer alguma apresentação ou alguma informação sobre a criação do Córrego do Corredor Ecológico mais ampla, porque já é segunda ou terceira vez que o Sr. está solicitando conosco aqui do CADES. Mas aí eu falo com a Sra. em particular e a gente vê como é que pode resolver isso aí, isso, a gente resolve aqui na SVMA, como a gente pode estar fazendo uma informação ou um esclarecimento, para a gente não deixar o nosso Conselheiro sem uma informação apta. Passo a palavra agora para o Sr. Marcos Lacava. Por favor.

Marco Antônio Lacava – CMSP: Obrigado. Eu quero fazer apenas uma intervenção, ontem eu ouvindo a Jovem Pan, houve uma matéria aonde eles destacaram o problema

da zona Sul, das construções irregulares ao entorno da Represa Billings. Eu quero registrar que a reportagem mencionou a Secretária do Verde, pedindo e cobrando providências e questionando onde está a Secretaria do Verde. Eu apenas registro para que o Conselho e a Secretária tome ciência desta matéria, eu acredito até que o Secretário já teve informações a respeito, mas a forma como foi colocada, eu acredito que deve e merece uma resposta da Secretaria a jovem Pan, eles colocaram como se a Secretária tivesse omissa na questão, o que eu mesmo fui testemunha, acompanhei como consultor na Câmara Municipal da Comissão de Urbanismo, uma comissão em 2020, que dirigiu-se ao ambiente onde está ocorrendo e onde ocorreu um desmatamento brutal e constamos ali, inclusive, na presença do Ex vereador Gilberto Natalini, também Ex Secretário do Verde, constatamos ali um verdadeiro crime ambiental, tratores de esteiras com D15, Caterpillar, maior trator para desmatamento que é usado na Amazônia, nos loteamentos clandestinos ao entorno da represa, isso gerou na época muita matéria, muito problema, a Secretária entrevistou, multou, autuou, porém, comparecemos com a polícia florestal, com a polícia militar, com o pessoal da Subprefeitura e no momento que isso foi feito, afim de interromper esse processo, hoje a população, inclusive, se nega a dar entrevistas aos jornalistas que comparecem, as residências construídas no loteamento clandestino. Enfim, a colocação da imprensa em particular da Jovem Pan, deixou uma lacuna para o ouvinte que desconhece a ação da Secretaria do Verde, então, eu faço uma sugestão ao Secretário, que entre em contato a emissora para poder esclarecer o que a Secretária tem feito e tem conseguido, e o que não consegue e porque não consegue. Na verdade, está havendo realmente uma forte ação dos que adquiriram os (som ininteligível) clandestinos e suspeitos evidentemente de compartilharem de um crime ambiental, e agora a fase é edificação, então, cabe um alerta em virtude da matéria que foi ontem levada ao ar, a título de colaboração simplesmente. Obrigado.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Lacava, eu particularmente participo de diversos grupos de Agentes da Prefeitura, da Sociedade Civil e que tratam sobre as invasões de São Paulo, as invasões de terrenos arborizados, terrenos verdes, em São Paulo, tanto particulares quanto públicos, não é definitivamente um assunto frívolo, nós dependemos de participação dos agentes públicos, é um caso na maior parte das vezes de polícia, nós estamos lutando com organizações criminosas, grileiros profissionais e obviamente também com a população vulnerável, que precisa de habitação. No sentido de habitação, eu lembro sempre que a gestão Bruno Covas, o nosso Prefeito Ricardo Nunes, o nosso Secretário João Faria, da CEAB, ela tem a perspectiva de até 2024 entregar mais de 14/15 mil habitações para a população carente de São Paulo. São diversos programas em curso sendo desenvolvidos para nós, Prefeituras, chegamos a esse Marco, Marco porque nenhum outro Governo da cidade entregou tanta habitação, isso daí é obviamente é entrega de habitação para aqueles que são vulneráveis, aqueles que precisam, ele, no meu entendimento, que ele ajuda a reduzir a pressão habitacional e como consequência isso aí também vai nos trazer benefícios, no que tange a invasões. De outra forma, por outro lado, é como eu falei é um caso de polícia, organizações criminosas, grileiros profissionais, isso daí tem que ser tratado de acordo. De acordo com o quê? De acordo com justiça, de acordo com outras Secretarias a nossa transversalidade, da nossa Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a Secretária de Mudanças Climáticas, a Secretária de Segurança Urbana, a Secretária de Gestão, a Secretária de Justiça, Secretária de Habitação, Secretária de Desenvolvimento Social. Então são muitos participes e muitas vezes a Prefeitura não tem a mesma velocidade que uma esteira de remoção de árvores, nem por isso a gente

deixa esse assunto de lado e está sempre pensando nesse assunto. Mensalmente, nós temos pelo menos 3/4 atividades de fiscalização e de remoção dessas invasões, são partícipes a nossa Secretaria por meio dos nossos fiscais, a Guarda Civil Metropolitana, a Ambiental, a Polícia Militar Ambiental, a Secretária de Desenvolvimento Social, mas como eu falei, são mais de 1.000 invasões em São Paulo, não é assunto fácil. O que eu sempre chamo atenção nas reuniões executivas, é que não adianta a gente fazer programas ou a gente fazer atividades, fiscalizações, remoções, sem que depois de removido a gente tenha algum tipo de fiscalização permanente daquele terreno, o que é praticamente uma impossibilidade, porque se a gente coloca uma guarda particular na região, esses mesmo guardas são ameaçados pelas organizações criminosas, pelos criminosos, a gente não tem contingente na cidade para manter guarnições da guarda-civil metropolitana ou da polícia militar ambiental em todas as extensões que são invadidas, então, é um trabalho em curso, que como eu disse, uma das que eu considero grandes atividades é tentar reduzir a vulnerabilidade habitacional da cidade. E continuamos trabalhando, isso daí é assunto nosso, é assunto na minha sala praticamente todos os dias, a gente fala diuturnamente com os outros Secretários, os outros Adjuntos, com Adjunto e chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Urbana, o Secretário especial de Mudanças Climáticas, a nossa Secretaria, as Subprefeituras, os Subprefeitos, os chefes de gabinete das Subprefeituras e importante também colocar aqui, nós temos grande participação da população, dos vizinhos e das vizinhanças que entram em contato, que denunciam, mesmo sobre risco. Eu acabei de voltar de férias, mas um pouco antes de sair de férias eu soube de um caso de uma senhora que entrava no meio da mata para tentar dissuadir invasores, a risco da própria vida, então, nós trabalhamos, a Sociedade trabalha, e não é um assunto genérico, é um assunto muito importante para a gente, para a Prefeitura, e diversas ações estão sendo realizadas e são realizadas diariamente, semanalmente, para tentar coibir essas coisas. Obviamente alguns locais demandam atenção pontual e nessas situações a gente sempre pede a colaboração de polícia militar ambiental, de guarda civil metropolitana ambiental, que hoje através de decreto recente também passou a ser Agente de fiscalização ambiental, a Guarda Civil Metropolitana através das sua Divisão e Meio Ambiente, é o que o poderia colocar. As notícias de imprensa a gente tá sempre recebendo e a gente tenta tratar, a gente tenta educar, mas uma coisa é reportagem quando sai na hora que muitas vezes não nos ouve antes e depois a gente procura, tenta esclarecer, tenta orientar, tenta mostrar o trabalho que a gente realiza, mas em geral é uma latinha que praticamente passa despercebida, a gente está sempre à disposição, a nossa sala tá sempre aberta, a minha sala tá aberta, a sala do Secretário, a sala do Raveno nosso chefe de gabinete, dos nossos diretores, dos nossos coordenadores, a gente está sempre aberto para imprensa, para conversar e expor aquilo que a gente consegue fazer, não dá para fazer milagre, mas fica a certeza que a gente trabalha diuturnamente pela preservação do meio ambiente de São Paulo e educação ambiental de toda a nossa população.

Marco Antônio Lacava – CMSP: Muito obrigado Secretário. Eu sei do esforço de toda equipe e constatei junto com uma comissão de vereadores um absurdo, eu acho que diante da ação de grupos liberados pelo crime organizado, nós detectamos lá não problemas de habitação popular, mas sim loteamentos de alto padrão na (som ininteligível) realmente, o problema tem uma dimensão astronômica diante de tantos outros que envolvem aquela região, agora também nós temos lá construções clandestinas e nós, na visita que fizemos, tinha um local onde era possível subir no

muro para ver o número de residências não populares, lotes com mais de 500 metros, 1000 metros, e aí a dimensão do problema fica incomensurável.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Exato. A umas duas, três semanas atrás o nosso pessoal foi fazer uma desapropriação com demolição de casas exatamente desse padrão, de alto padrão, que tinham sido já construídas em terrenos, a gente obtém a permissão na justiça, a gente junta pessoal, a gente junta os recursos necessários da Prefeitura e de todos os Órgãos e faz nosso trabalho, mas é um trabalho ingrato, por que a gente derruba, no dia seguinte já tem material de construção na área, como eu falei, é muito difícil manter guarda, ou manter vigilância sob todas as áreas, se a gente manter em determinadas áreas eles vão para outras, se a gente faz fiscalização fronteira eles derrubam no meio da mata, é muito difícil, mas eu considero muitas vezes que isso aí é uma consequência, tirando a parte de grilagem, principalmente, é consequência, se a gente desafogar, se a gente trabalhar o social, se a gente trabalhar a pressão habitacional de São Paulo, a gente já tá fazendo um ótimo trabalho, pegar essas áreas e fazer o replantio também é atividade importante. A gente tem um desafio lá, e isso aí eu imagino que depende também de regulamentação Municipal de como tratar as áreas privativas de mata que são invadidas, a Prefeitura não pode entrar nessas áreas, a Prefeitura pode até entrar para limpar essas áreas, para tirar as invasões, mas por exemplo, a Prefeitura não pode entrar nessas áreas particulares para fazer o reflorestamento, para fazer plantio, então, isso daí é um dos desafios que a gente tem pela frente e que eventualmente vai ter que ser regulado, vai ter que ser normatizado pela Câmara Municipal ou através de decretos ou legislações, isso aí é uma coisa para gente pensar e desenvolver junto com a Câmara Municipal, a legislação adequada. São diversos desafios.

Marco Antônio Lacava – CMSP: Obrigado. Parabéns pela explanação. Muito obrigado.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Obrigado você. Lacava. Essa parceria nossa com todos os Conselheiros, é como eu sempre falo, as Secretarias, Câmara Municipal, Executivo, Legislativo e Judiciário é muito importante, até para comentar também temos uma ação de trabalhar junto com o judiciário para educar juízes, principalmente, aqueles de primeira instância que muitas vezes os juízes de varas civis eles são, não há outra forma de dizer, eles são enrolados por interessados e para garantir posse a esses terrenos invadidos, já tivemos até caso de liminar, em que a parte que queria ser protegida de invasão ela indicava fotos e indicava endereço diverso da área que tinha sido invadida, infelizmente, a justiça não consegue comprovar todos os fatos, então, é uma briga e voltamos a parte de educação que todos os entes, todos os atores tem que ser educados e a gente trabalhar o Governo, Justiça, Câmara Municipal como uma entidade só, para nos proteger, para proteger o meio ambiente da cidade. Obrigado, Lacava.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Passo agora a palavra para Vivian. Tudo bem, Vivian? Bom dia.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Bom dia. Tudo bem. Bom dia a todos os Conselheiros. Eu só queria reforçar as palavras do Secretário, em específico, nós não temos aqui no grupo do WhatsApp a essa denúncia que foi apresentada pela rádio TV Jovem Pan, mas eu não estou conseguindo compartilhar aqui por inabilidade, o WhatsApp de ontem né Secretário, nós tivemos uma operação do OIDA lá na própria

Billings, de desfazimento, mas ela foi focada na região do Rio Grande da Serra é um vídeo... (fala interrompida)

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Toda semana nós temos operação, são pelo menos três operações da OIDA por mês e com a participação de Guarda Civil Metropolitana Ambiental, agentes da Prefeitura, Secretária Municipal do Verde e Meio Ambiente, em que eu determino em todas as operações da OIDA a participação dos nossos fiscais, é um trabalho permanente nosso.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Eu não sei se eu consegui compartilhar o vídeo aqui.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Conseguiu sim.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Então dá para a gente ter uma ideia do que acontece, do montante de gente envolvida e que apesar das poucas pessoas, nós conseguimos, é um feito muito grande, é um compartilhamento de responsabilidades. Nós temos reuniões, praticamente, a semana inteira, porque uma coisa é a fiscalização integrada de São Paulo, outra coisa foi que ela foi exemplo para outras, então hoje ela tem do sudoeste, do norte, de outros municípios da região metropolitana, mas infelizmente o mal domina, o trabalho é insano e inglório, agora se a população fizer o papel de zeladoria quem sabe a gente consegue segurar, porque a polícia, principalmente assim a polícia ambiental, a guarda civil metropolitana, eles são incansáveis, eles atendem todas as denúncias que nós encaminhamos. E eu trago aqui um fato para corroborar esse com o do engenheiro Lacava, tem um exemplo muito claro, a gente não tá conseguindo segurar uma invasão, debaixo da linha de transmissão aqui da Avenida Morumbi, acreditem se quiser, a Avenida Morumbi aqui no próprio, acho que ali ainda é R1, que é atrás ou na frente do Hospital São Luís, um lugar extremamente nobre e eles estão construindo debaixo da linha de transmissão, já chegaram na avenida, em terrenos que o IPTU deve ser um dos mais caros de São Paulo, mas a gente não consegue em tão pouco, imagina em um terreno coberto por mata que eles adentram a noite, então assim, de fato, eu não conheço, não vi essa reportagem, mas eu gostaria também que a imprensa acompanhasse um pouco o nosso trabalho, porque o órgão público ele se vale da legislação e do atendimento a todas as denúncias sem contar que ele também faz o monitoramento. Agora gostaria que nós... (fala interrompida)

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Trabalhamos em conjunto com a Sabesp, com a Enel, ou seja, nós temos contato muito próximo com eles, as funcionárias elas não instalam tanto esgoto, água ou eletricidade, a não ser, obviamente, que seja algum tipo de ordem judicial, então, nós também trabalhamos muito próximos as concessionárias, porque logo depois de uma invasão começa a limpar terreno, é impressionante que esses invasores eles consigam guias, consigam postes, consigam iluminação, porque quando o terreno é grande eles instalam tudo isso e, inclusive, fecham o terreno, então, são novos desafios para a Prefeitura. Ainda assim, a gente trabalha diuturnamente, Vivian estava falando que recebe, eu recebo mensagem todo santo dia com imagens, com gravações de ações que a Prefeitura toma para recuperação e retomada de espaços. O que eu costumo dizer, e isso daí é um bradão comum né, a gente tem que seguir o dinheiro, a gente tem que recolher e tratores, serras, material de construção, isso é que dói no bolso do grileiro, da

organização criminosa, é aí que a gente tem que agir, a gente tem que ter sempre caminhão e nem sempre a gente tem, para recuperar e para transportar esses materiais de construção para trabalhar preventivamente sempre que possível e se não for possível preventivamente, depois de recuperada a área a gente fazer o plantio para garantir que está área não seja novamente invadida e se invadida após um plantio as sanções maiores pela invasão de um terreno de mudas e de plantio recente.

Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA: Perfeito. Só para completar Secretário, das oportunidades que nós tivemos para desfazimento e convidadas a imprensa nunca eles podem ir, sempre eles tem um outro objetivo, essa é a tristeza, porque se a imprensa participasse do momento de uma operação dessas nós temos certeza absoluta que o recado seria dado, então isso é uma tristeza, e eu posso garantir que nós convidamos por várias vezes, as vezes até a gente teme que essa notícia espalhe e coloque a operação em risco, então, a gente toma muito cuidado, mas nas oportunidades que eu acompanhei isso a imprensa não esteve presente.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: A gente também tem esse tipo de desafio, esse problema Vivian, mesmo nos grupos muito limitados de planejamento dessas operações, ainda assim, não se sabe como ou se sabe mas não... essas operações são vazadas, então, chega no ponto que algumas operações são guardadas apenas para Secretários, Subprefeitos, e é muito difícil, o que nós temos feito nos últimos meses é combinar a operação com todos os atores envolvidos na frente das Subprefeituras e de lá, apenas de lá, os envolvidos na desocupação sabe em qual endereço a gente vai realizar, porque até mesmo dentro das entidades envolvidas existem o vazamento de informações, infelizmente.

Ok. Obrigado, Lacava. Obrigado Vivian, pelas colocações. É um assunto que me preocupa, eu sou muito envolvido com isso e até por isso também eu entendo toda dificuldade, como agente público, eu entendo a dificuldade da máquina pública de trabalhar esse assunto, mas como eu falo, o meu entendimento pessoal é que o foco tem que ser além da desocupação e da retomada desses espaços, a gente vai sentir é uma questão social, é uma questão de vulnerabilidade e uma questão de habitação que também a Prefeitura está trabalhando para isso. Obrigado aí pela colocação e pelo envolvimento de todos e agradeço.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Vivian pela sua colocação. E lembrando também né Secretário que nós temos uma comunicação aqui interna da SVMA, capacitada, eles sempre estão filtrando todas as informações, todos os dias a primeira coisa quando eles chegam com a nossa comunicação eles vê o que saiu de matéria, as matérias positivas, as matérias negativas, tanto o nosso Secretário Carlos Eduardo, nosso adjunto, e nosso Secretário Eduardo de Castro fica ciente do que tá acontecendo quando se trata do nome da SVMA, Secretária do Verde, lembrando disso que a gente tem uma comunicação sim qualificada aqui dentro. Teve algum que levantou a mão e não levantou a mão mais. É a Cris tinha levantado a mão, ela vai falar.

Fatima Cristina Faria Palmieri – UGT: Dá para me ouvir?

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Dá sim, Cris.

Fatima Cristina Faria Palmieri – UGT: É só ressaltar que esse problema que foi colocado aí sobre o Reservatório Billings, eu fiz parte do quadro da antiga Eletropaulo na área e

depois EMAE, hoje eu sou aposentada e fazia parte do corpo que também fiscalizava, porque tinha manutenção nas estruturas ao longo. Já desde o início da década de 80, 90, quando eu entrei na empresa havia problemas no entorno, então, você tinha cota de cheia do reservatório e já estava invadido, então vocês imaginam, ali não é só São Paulo, temos outras Prefeituras envolvidas e já era difícil fiscalizar, aí a área do patrimônio, a outra área também fiscalizava, além da manutenção e com ajuda dos outros órgãos, já era um problema, hoje em dia com o agravamento das crises que tem vindo, financeira, social e tudo mais, a gente imagina como é o processo, quer dizer, é uma bola de neve né, porque ele vai aumentando e criando outras ações. Esse processo, passa gestão, entra gestão, as vezes da impressão que é enxugar gelo, mas não é, é que você não consegue vencer um outro lado que só faz isso, além de uma administração grande como São Paulo, então envolve sempre ações aonde a sociedade tem que participar, por isso a importância dos Conselhos, de estar junto, participando, porque não é justo também, aonde existe programas para habitação e tudo mais chegar dessa forma e haver invasão. Só queria ressaltar que esse assunto já é de conhecimento de longa data de todos os órgãos e da sociedade envolvida, infelizmente, é a nossa realidade né e como de muitos outros.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Cris. Tereza Cristina, por favor. Ainda não estamos ouvindo né... não dá para liberar, nós passamos um WhatsApp para ela, pedi para Rute passar um WhatsApp para ela, para perguntar o que seria. Mas agora conseguiu entrar novamente, mas a internet dela está muito fraca. Nós vamos tentando conectar ela pelo WhatsApp, a gente passa no grupo do CADES o que está acontecendo, a manifestação dela. Passo agora a palavra para o nosso presidente da mesa, o Sr. Carlos Eduardo Vasconcelos. A Tereza conseguiu. Conseguiu Tereza?

Tereza Cristina Mesquita – Associação De Moradores Do Parque Vera Cruz No Estado De São Paulo: Oi. Eu só quero me manifestar né, uma colega do CADES da regional do Campo Limpo, a Rosângela, deve tá também aí na reunião e só lembrar que junto com eles também lá do CADES, eu sou suplente e junto com o CADES 2, com Sociedade Civil, eu estou na luta dos dois lados, tanto no municipal como no regional e na defesa dos parques também, inclusive, lembrando do Itapaiúna que é a Rosângela tá na luta aí, eu estou só reforçando, pedindo né, para um retorno do dia 22/06, que ela teve esse encontro com o Secretário e a Tamires e outros que tiveram essa fala sobre os parques, até o Horto do Ipê eu sou uma que estou também atrás para saber como vai ser feito esse projeto de Lei que foi feito lá das Prefeituras de Campo Limpo né que entrou, mas o que que tem esse retorno né referente a isso, que ela quer levar amanhã para o CADES, que amanhã tem reunião do CADES também Regional, então a gente queria tá tendo uma resposta hoje para poder passar também para os que estão lá na espera de uma resposta.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: A Rosélia está presente ainda aqui conosco? A Rosélia pode estar auxiliando também, se caso a Rosélia não tiver aqui eu vou entrar em contato com a (som ininteligível)

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Lili, seu microfone desligou.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Ah sim, eu disse que se a Rosélia tiver aqui ela pode auxiliar nós na resposta.

Rosélia Mikie Ikie Ikeda – CPA/SVMA: Eu estou aqui sim. Mas na verdade, em relação ao Itapaiúna, a CPA não está mais atuando nessa área, então, atualmente tá realmente com o CGPAB, então a Tamires que vai poder responder. Em relação ao Horto do Ipê, nós fizemos lá, a CPA junto com a CGPAP, o pessoal da gestão de parques, a gente fez uma operação lá da instalação de placas do projeto demarca, em que se sinalizou que aquela área está com área verde em plantação e em relação ao que vai ser feito em termos de obra quem está a cargo disso é a Tamires.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Eu vou entrar em contato com a Tamires, porque ela estava aqui em reunião Presidente, só que eu creio que ela saiu da reunião, porque ela está cheia de reuniões hoje, mas eu vou falar com ela, Rosélia, aí a gente passa no grupo tá Tereza, eu peço para a Rute ou a Rízia, aqui do nosso CGC, colocar no grupo a resposta. Tá bem.

Tereza Cristina Mesquita – Associação De Moradores Do Parque Vera Cruz No Estado De São Paulo: É porque a gente está aí como ativista né, que eu sou também, mas como Sociedade Civil e a gente tem que brigar dos dois lados né. Então (som ininteligível) minha para tá falando hoje na reunião.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: É hoje ou é amanhã?

Tereza Cristina Mesquita – Associação De Moradores Do Parque Vera Cruz No Estado De São Paulo: A reunião do CADES é amanhã.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Isso, amanhã. Que você falou hoje, mas tudo bem, amanhã. Pode ficar sossegada que você não vai ficar sem a sua resposta, nós vamos atrás dessa resposta sua e colocaremos no grupo, tá bom. Aí fica todos cientes do que está acontecendo e fica mais fácil. A Rízia e a Rute estão aqui comigo, elas já estão cientes, já estão colocando aqui, e já vamos resolver isso para você Tereza. E boa reunião amanhã no CADES, que você tem que ir para frente aí nessa reunião do CADES.

Tereza Cristina Mesquita: É, sou defensora da fauna e da flora, porque se a gente for proteger as áreas verde em geral do nosso país, como a Amazônia, a gente também não vai conseguir salvar nosso território pequenininho.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Passo agora a palavra para o nosso Presidente da mesa, nosso Carlos Eduardo, para nos encerrarmos nossa reunião de hoje, que foi uma reunião gostosa, foi uma reunião de diálogo, e eu passo a palavra para você.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Bom, agradecendo mais vez a presença de todos, a participação, a capacidade de ouvir e colaborar com a nossa Secretaria do Verde. Então, dessa forma, eu dou por encerrada a nossa reunião de hoje. Um abraço a todos, uma boa semana, uma semana profícua e vamos em frente.